

II CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



— 18 A 22 DE SETEMBRO DE 2023 —

A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO POLÍTICA NOS IMPACTOS SÓCIOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELAS HIDRELÉTRICAS NO ESTADO DO MATO GROSSO

Autor(es)

Marcus Vinicius Pimenta Lopes
Katia Cristina Magalhaes
Renato Horta Rezende
Alexandre Fonseca Monteiro De Castor
Thiago Ribeiro De Carvalho

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

Mato Grosso é o Segundo maior Estado com potencial hidrelétrico no país, isso chama atenção de diversos grupos que a cada ano ampliam seus investimentos em seu território, seja em aproveitamentos hidrelétricos, termelétricos, usinas, ou pequenas centrais. Há anos que o Estado passa por degradação ambiental de um dos rios mais importantes da Bacia Amazônica com consequências dramáticas para as populações ribeirinhas, rurais e indígenas que dependem dos rios para sua sobrevivência e na preservação das espécies de peixes. Em busca de soluções para as questões ambientais, o governo do Estado criou projetos de leis estaduais que proíbem a pesca comercial por cinco anos e construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) no Rio Cuiabá, mas ambas as leis possuem conflitos a serem averiguados.

Objetivo

A presente pesquisa tem como objetivo principal alertar sobre a omissão de socorro ao meio ambiente e seus moradores locais, exteriorizar a importância do desenvolvimento sustentável e o impacto que a falta de ação em políticas ambientais tem causado na Natureza que continua sofrendo as consequências da falha humana.

Material e Métodos

A técnica de estudo utilizada foi exploratório-descritiva, que abrange a análise de dados publicados pelas entidades competentes do Estado do Mato Grosso, como a SEFAZ (secretaria de Estado de Fazenda do MT), AGER (Agência de regularização de serviço públicos delegados do MT) e mapa de conflitos da Fiocruz. Por intermédio de análise das situações socioambientais atuais, foi constatado que apesar das iniciativas em prol de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade econômica, social e ambiental, foram ineficientes ao resultado pretendido, sendo esse claramente corroborado no relatório do mapa de conflitos da Fiocruz, que expõe a injustiça ambiental e social no Estado. Ademais, foi verificado os projetos de leis criados pelo estado e as adversidades que surgiram, bem como, os artigos da Constituição Federal de 1988 e jurisprudência.

II CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



— 18 A 22 DE SETEMBRO DE 2023 —

Resultados e Discussão

Atualmente, o Estado do Mato Grosso possui um total de 215 empreendimentos de geração de energia elétrica em operação, o principal problema é o desequilíbrio provocado pelas usinas ao ecossistema local, alta mortandade de peixes, Seca nos rios e surgimento de focos de malária e leishmaniose. As hidrelétricas são permeadas de conflitos, violações de direitos dos atingidos e crimes ambientais. A exemplo da Usina Hidrelétrica de Sinop que recebeu da SEMA uma multa de R\$ 36 milhões pela mortandade de 7 toneladas de peixes no rio Teles Pires no ano de 2020. A lei criada para proibir a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Rio Cuiabá, foi considerada inconstitucional pelo STF, elucidaram que compete privativamente à União legislar sobre águas e energia (artigo 22, inciso IV, da CF). Ademais, o Ministério da Pesca se posicionou, contra o projeto de lei que preteria a pesca artesanal em prol da pesca amadora e esportiva, alegando que é uma infração à Lei da Pesca.

Conclusão

Conforme o Governo Federal, a construção de barragens de usinas hidrelétricas ao longo dos rios é a principal razão pela morte do pescado, enquanto ocorre conflitos e interesses monetários, muitas famílias que antes sobreviviam da pesca tornam-se carentes de condições para se prover de saúde e alimentação adequada. É imprescindível que o poder público não ignore tamanha destruição ambiental e social, busque conciliação no combate aos crimes ambientais, soluções eficientes e justiça ecológica.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26/07/2023

Potencial hídrico de Mato Grosso chama a atenção de empreendedores. Tecnoblog. Disponível em: <https://www5.sefaz.mt.gov.br/-/potencial-hidrico-de-mato-grosso-chama-a-atencao-de-empreendedores>. Acesso em 26/07/2023

STF invalida proibição de construção de hidrelétricas no rio Cuiabá. Portal STF. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=506997&ori=1>. MT – Desestruturação social e comprometimento da reprodução de peixes por hidrelétrica de Manso. Mapa de conflitos, injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/mt-desestruturação-social-e-comprometimento-da-reprodução-de-peixes-por-hidrelétrica-de-manso/>. Acesso em 26/07/2023